

Site reÃne tentativas de remoÃÃo de notÃcias durante eleiÃÃes

ReproduÃÃo

Nessas eleiÃÃes, o candidato a governador de Alagoas Benedito de Lira (PP) (*foto*) Ã o polÃtico que, atÃ agora, mais foi Ã JustiÃ Eleitoral pedindo a remoÃÃo de conteÃdo do Google. Sua campanha jÃ acionou a empresa nove vezes. Ele Ã seguido de perto pelo candidato ao governo do MaranhÃo, FlÃvio Dino (PCdoB), e por ConfÃcio Moura, que concorre ao cargo em RondÃnia pelo PMDB. Cada um jÃ processou a empresa oito vezes na tentativa de remover conteÃdo e impedir a publicaÃÃo de notÃcias em jornais e sites.

O levantamento pode ser feito a partir do site [EleiÃÃo Transparente](#), feito pela AssociaÃÃo Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em parceria com empresas jornalÃsticas e de pesquisa — *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *UOL*, *Zero Hora*, *Gazeta do Povo*, Google, Ibope e Datafolha. A plataforma foi lanÃado na manhÃ desta quarta-feira (28/9) em evento na sede do Google, em SÃo Paulo. A empresa fez um aporte financeiro de cerca de R\$ 120 mil para a criaÃÃo do site.

A ideia Ã que as pessoas possam acompanhar em tempo real o “ranking do obscurantismo”, como classifica o presidente da Abraji, **JosÃ Roberto Toledo**. Com a ferramenta serÃ possÃvel colocar Ã prova o sentimento de que a cobertura das eleiÃÃes tem sido cada vez mais judicializada. “Queremos expor as tentativas de impedir o direito do eleitor de ter acesso Ã informaÃÃo”, diz o jornalista.

AtÃ agora, foram cadastrados 71 processos no site, que permite o acesso a informaÃÃes sobre cada uma das aÃÃes. A base de dados Ã alimentada diretamente pelos representantes legais das empresas parceiras, que se cadastram no site e preenchem um formulÃrio com detalhes sobre a notificaÃÃo judicial. A partir da plataforma Ã possÃvel acompanhar o processo no site do Tribunal Superior Eleitoral.

A advogada do Google, **Fabiana Siviero**, conta que a empresa se mobilizou para participar do projeto como parte de seu compromisso institucional pela liberdade da informaÃÃo. Ela aponta que com a resoluÃÃo do Tribunal Superior Eleitoral que impede recursos de liminares, a divulgaÃÃo dos candidatos que agem como censores pode ser um caminho para mudar a conduta deles, pois o julgamento do mÃrito dos casos pode acabar ficando sÃ para depois das eleiÃÃes.

